

Requerimento aprovado nos termos da LACDLG de 19.2.2020,
na presença do PAN e do JUPP do CTT, aprovado
parcialmente nos termos supra assinalados

DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
JACDLG

DEPUTADO ÚNICO

650608

104 de 10.02.2020

Excelentíssimo Senhor Presidente

da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado António Marques Guedes

Assunto: Requerimento para audição, com carácter de urgência, da Procuradora-Geral da República e do Presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público

A diretiva do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, aprovada na sessão de 30 de Janeiro de 2020, gerou uma ampla reação de repúdio junto de uma parte significativa dos agentes judiciais, do Presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, Dr. António Ventinhas, ao Bastonário da Ordem dos Advogados, Professor Luís Menezes Leitão.

Face às dúvidas e reservas que resultam do conteúdo da directiva no âmbito da estrutura hierárquica do Ministério Público e tendo sempre presente o princípio constitucional da separação de poderes, bem como o princípio da autonomia do Ministério Público, tal como previsto no seu Estatuto, a Assembleia da República, enquanto órgão representativo de todos os portugueses e baluarte do regular funcionamento do Estado de Direito, não pode deixar que procurar, junto da principal responsável da hierarquia do Ministério Público, bem como do mais destacado representante sindical, esclarecimentos acerca do impacto, quer no funcionamento do Ministério Público, quer no contexto da investigação criminal.

Nestes termos, o Deputado único da Iniciativa Liberal requer, nos termos regimentais aplicáveis, que a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias promova a audição urgente da Senhora Procuradora-Geral da República, Dra.

Rejeitado com votos contra do PS,
a favor do PSD, BE e CDS-PP e
a abstenção do PCP e de Dep. Niusec.

Dst. 10.02.2020

Aprovado em votos a favor do PSD, BE e
CDS-PP e a abstenção do PS,
PCP e

Lucília Gago, bem como do Senhor Presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, Dr. António Ventinhas. Requer ainda o deputado que, no caso de aprovação do Requerimento, e embora não integre a referida Comissão, lhe seja conferida a possibilidade de assistir e intervir na mesma.

Dep. Niwe

Palácio de São Bento, 7 de Fevereiro de 2020

O Deputado
João Cotrim Figueiredo